

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
XXII CONCURSO PARA INGRESSO NA
MAGISTRATURA DO TRABALHO
CAMPINAS

Prova de conhecimentos gerais de direito
1ª ETAPA – 02/06/2007

INSTRUÇÕES

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura, devem ser conferidos.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno contém 50 (cinquenta) questões, em 10 (dez) folhas. Verifique também se as questões estão legíveis. Serão concedidos 5 (cinco) minutos para a conferência prévia da prova. Havendo qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa etc.), solicite, imediatamente, a substituição. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser assinalada. A Comissão Examinadora, os Magistrados Presidentes de Sala e os Fiscais não darão quaisquer esclarecimentos de conteúdo, pois a compreensão da prova é encargo do candidato.
4. Assine a Folha-Resposta. Não se admitirá rasura ou uso de corretivos. Não dobre e não amasse a Folha-Resposta. Não haverá substituição da Folha-Resposta.
5. A Folha-Resposta deve ser assinalada com caneta esferográfica preta.
6. É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, como anotações, livros, códigos, legislação etc. A transgressão importará eliminação imediata do candidato.
7. Será eliminado do Concurso o candidato que proceder com improbidade, indisciplina, falta de decoro ou que adotar comportamento incorreto ou descortês para com quaisquer dos examinadores, seus auxiliares ou autoridades presentes.
8. Por motivo de segurança, não se permite, durante a prova, o uso de aparelhos celulares, relógios digitais, *notebooks*, calculadoras, *palm tops* ou similares. A transgressão importará eliminação imediata do candidato.
9. O candidato, para escolher a alternativa correta, deverá levar em conta a interpretação literal da legislação vigente, bem como o entendimento dominante no STF, TST e STJ.
10. A prova tem duração de 4 (quatro) horas. Esgotado o tempo, fica o Fiscal autorizado a retirar, prontamente, a Folha-Resposta.
11. O candidato somente poderá levar o caderno de questões após 2 (duas) horas do início da prova. Caso saia antes, não poderá anotar as suas alternativas, nem retornar no final da prova para retirar o seu caderno de questões.
12. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.
13. BOA PROVA!

ANA MARIA DE VASCONCELLOS
Juíza Presidente da Banca Examinadora

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**01) Considerando o entendimento dominante no TST, assinale a alternativa incorreta:**

- (A) A renúncia e a transação, como regra, por suprimirem direitos laborais, afrontam o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas;
- (B) É nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego;
- (C) A contratação de serviços extraordinários, quando da admissão do trabalhador, não acarreta nulidade;
- (D) A transação extrajudicial, que importa em rescisão do contrato de trabalho, ante a adesão do empregado a plano de demissão voluntária, implica quitação exclusiva das parcelas e valores constantes do recibo;
- (E) O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

02) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - A subordinação é o principal elemento diferenciador entre a relação de emprego e as fórmulas contemporâneas de prestação de trabalho;
- II - O conteúdo da prestação de serviços é traço decisivo na conceituação do liame empregatício, não importando se tais serviços são prestados subordinadamente ou não;
- III - A subordinação é hoje considerada como dependência econômica, resultante da assimetria existente entre empregador e empregado;
- IV - A subordinação consiste em uma situação jurídica, na qual o empregado, acatando ter a autonomia de sua vontade limitada, transfere ao empregador o poder de direção sobre sua atividade;
- V - Estando a força de trabalho indissoluvelmente ligada à pessoa do trabalhador, a decorrência lógica é a situação de subordinação deste em relação a quem pode dispor de seu trabalho.
- (A) As assertivas II, IV e V estão corretas;
- (B) As assertivas I, IV e V estão incorretas;
- (C) As assertivas I e II estão corretas;
- (D) As assertivas III, IV e V estão incorretas;
- (E) As assertivas II e III estão incorretas.

03) Quanto às relações de trabalho "lato sensu", é incorreto afirmar que:

- (A) No contrato de estágio, o tomador dos serviços proporciona experiência prática de formação profissional ao estudante-trabalhador;
- (B) O trabalho autônomo difere do trabalho subordinado, já que neste o trabalhador acata a direção do empregador relativamente ao

- modo de concretização de seu trabalho, enquanto que, no autônomo, o prestador estabelece e concretiza, por sua própria conta e risco, o modo de realização dos serviços pactuados;
- (C) O trabalho eventual aproxima-se do trabalho subordinado pelos elementos comuns da subordinação, da onerosidade e, em regra, da pessoalidade; distancia-se, no entanto, pela ausência do elemento não-eventualidade;
- (D) Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender a necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços;
- (E) O trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações nos portos organizados será realizado, exclusivamente, por trabalhadores portuários avulsos.

04) Em relação ao aviso prévio, considerando a jurisprudência dominante no TST, assinale a alternativa correta:

- (A) Caso seja indenizado, deve ser lançada na CTPS a data da comunicação da dispensa;
- (B) Como o objetivo do instituto é apenas comunicar a rescisão contratual futura, nada impede que seja concedido durante o período de garantia de emprego, só se concretizando os seus efeitos no dia seguinte ao término da garantia de emprego;
- (C) Caso seja concedido, e sobrevenha concessão de auxílio doença, os efeitos da dispensa só se concretizarão depois de expirado o benefício previdenciário;
- (D) Como integra o tempo de serviço, o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical nesse período assegura a estabilidade;
- (E) Por ter natureza indenizatória, o aviso prévio indenizado não está sujeito à contribuição para o FGTS.

05) Considerando a interpretação literal da legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- (A) Não se incluem nos salários as ajudas de custo que excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado;
- (B) Considera-se gorjeta apenas a importância cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, destinada à distribuição entre os empregados;
- (C) Não havendo estipulação do salário, o empregado somente terá direito a perceber salário igual ao de outro colega que exerça serviço semelhante no mesmo estabelecimento;
- (D) Não são consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: educação em estabelecimento de ensino de terceiros, inclusive os valores relativos a livros e material didático, assim como a assistência odontológica prestada mediante seguro-saúde;
- (E) Nenhuma das alternativas acima.

06) Considerando o entendimento dominante no TST, bem como as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – Na hipótese de extinção do estabelecimento, o cipeiro terá direito à indenização do período estável;

II – O inquérito judicial para apuração de falta grave só se aplica ao empregado titular de estabilidade decenal e não ao dirigente sindical;

III – Os empregados de empresas que sejam eleitos para o cargo de membro suplente do conselho fiscal de sociedade cooperativa, criada pelos mesmos, gozarão das mesmas garantias asseguradas aos dirigentes sindicais;

IV – É válida cláusula normativa que estabelece a possibilidade de transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

07) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Para o exercício do direito de greve é imprescindível a frustração da negociação coletiva;

II – Na falta de entidade sindical, a assembleia geral dos trabalhadores interessados elegerá comissão de greve, para representação dos trabalhadores nas negociações coletivas e na Justiça do Trabalho;

III – Durante a greve, é vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho;

IV – A participação em greve suspende o contrato de trabalho;

V – Pela lei de greve, é considerado serviço essencial o controle de tráfego aéreo.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Apenas quatro assertivas estão corretas;
- (C) Apenas três assertivas estão corretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão corretas;
- (E) Apenas uma assertiva está correta.

08) Considerando as assertivas abaixo, assim como a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

I – Considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada sem fins lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, dentre outros;

II – O prestador de serviço voluntário com idade de 16 (dezesseis) a 24 (vinte e quatro) anos, integrante de família com renda mensal "per capita" de até meio salário mínimo, pode auferir auxílio financeiro da União;

III – O contrato individual de trabalho poderá ser acordado por escrito ou verbalmente, mas não tacitamente;

IV – O contrato de experiência tem prazo máximo de 3 (três) meses;

V – Entre um e outro contrato a prazo determinado deve haver um interstício de 6 (seis) meses, salvo se a expiração do pacto dependeu da realização de certo acontecimento;

- (A) Todas as assertivas estão incorretas;
- (B) Apenas quatro assertivas estão incorretas;
- (C) Apenas três assertivas estão incorretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão incorretas;
- (E) Apenas uma assertiva está incorreta.

09) Considerando as assertivas abaixo e a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

I – Quando o trabalho é proibido, de regra, visa-se a proteção do empregado;

II – O estagiário tem equivalência de direitos e obrigações com o aprendiz;

III – Para efeito da CLT, considera-se menor o trabalhador de 14 (quatorze) até 18 (dezoito) anos;

IV – A faixa etária do aprendiz vai de 14 (quatorze) até 24 (vinte e quatro) anos, sendo garantido o salário mínimo hora, não podendo ser contratado por mais de dois anos;

V – De regra, a nulidade do contrato de trabalho gera efeitos "ex tunc".

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Apenas quatro assertivas estão corretas;
- (C) Apenas três assertivas estão corretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão corretas;
- (E) Apenas uma assertiva está correta.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

10) Considerando o entendimento predominante no TST e a legislação vigente, assinale a alternativa incorreta:

(A) Ao exarar parecer em remessa de ofício, como "custus legis", o MPT não tem legitimidade para arguir a prescrição em favor de entidade de direito público em matéria de direito patrimonial;

(B) O MPT não tem legitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado, inclusive de empresas públicas e sociedade de economia mista;

(C) A legitimidade "ad causam" do MPT para propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo, não está limitada às hipóteses de não ter sido ouvido no processo cuja intervenção seria obrigatória e da sentença ter sido produto de colusão entre as partes;

(D) Aos membros do MPT são asseguradas as mesmas garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, concedidas aos magistrados;

(E) O inquérito civil público é um procedimento judicial inquisitório, que poderá ser instaurado na ocorrência de lesão a interesses difusos e coletivos, referentes a direitos sociais indisponíveis, ligados às relações de trabalho.

11) Considerando a jurisprudência dominante no TST, é correto afirmar que:

- (A) Para fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, nunca se pautando pela incidência analógica do Código de Defesa do Consumidor;
- (B) Nos Tribunais, compete ao Relator decidir sobre pedido de antecipação de tutela, submetendo sua decisão ao Colegiado respectivo, no prazo de 30 (trinta) dias;
- (C) Em conformidade com o disposto no art. 114 da CF/88, a Justiça do Trabalho não é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação de trabalho;
- (D) Lide entre empregado e empregador cujo objeto é indenização pelo não fornecimento das guias de SD, insere-se na esfera de competência material da Justiça do Trabalho;
- (E) Não é da competência da Justiça do Trabalho apreciar pedido de complementação de pensão postulada por viúva de ex-empregado, pois a causa de pedir próxima não deriva de contrato de trabalho.

12) Considerando a legislação vigente, o entendimento dominante no TST e as seguintes assertivas, assinale a alternativa correta:

- I - Os atos processuais trabalhistas devem ser públicos, excepcionando-se, por exemplo, as hipóteses em que a reclamada alegue a existência de dados que julgue ser sigilosos;*
- II - A contagem do prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação dos originais de recurso interposto por "fac-símile" começa a fluir do dia subsequente ao término de prazo recursal e não do dia seguinte à interposição do recurso;*
- III - A parte que interpuser Recurso Ordinário em Mandado de Segurança é responsável pela comprovação do recolhimento das custas no prazo recursal, sob pena de deserção;*
- IV - Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo dar-se-á no primeiro dia útil imediato e a contagem no subsequente;*
- V - A presunção do recebimento da notificação é de 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem e o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus da prova do destinatário.*
- (A) Todas as assertivas estão incorretas;
- (B) Somente uma assertiva está incorreta;
- (C) Somente duas assertivas estão incorretas;
- (D) Somente três assertivas estão incorretas;
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

13) Em relação às custas, considerando a legislação vigente, o entendimento dominante no TST e as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - As custas serão pagas pelo vencido após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, o recolhimento das custas (2% sobre*

o valor arbitrado na sentença) deverá ser comprovado no prazo de 5 (cinco) dias após a interposição;

II - Caso não tenha sido deferido ao empregado o benefício da justiça gratuita, ou isenção das custas, o sindicato assistente responderá solidariamente pelo pagamento das custas fixadas;

III - A massa falida e a empresa em liquidação extrajudicial não estão obrigadas a recolher as custas no momento da interposição do recurso;

IV - As fundações municipais, que explorem, ou não, atividade econômica, são isentas do pagamento das custas.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

14) Em relação ao procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa correta:

- (A) Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a outra, sem exceção;
- (B) Apresentado o laudo, reclamante e reclamado deverão manifestar-se no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias;
- (C) Caberá Recurso de Revista, alegando divergência jurisprudencial com outro Regional ou com o TST, assim como violação direta a lei federal ou Constituição Federal;
- (D) Não se admite Recurso de Revista por contrariedade a Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) Nenhuma das alternativas acima.

15) Em relação à prova no processo do trabalho, considerando a legislação vigente, o entendimento dominante no TST e as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - O ônus da prova do fato constitutivo é exclusivo do reclamante, sendo que o TST não admite a inversão do ônus da prova;*
- II - Os assistentes técnicos deverão protocolar os seus laudos críticos no prazo de 5 (cinco) dias após a intimação da juntada aos autos do laudo do perito oficial;*
- III - Para o TST, havendo dúvida quanto ao despedimento, o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negada a dispensa, é do empregado, por se tratar de fato constitutivo;*
- IV - Pela interpretação literal da legislação vigente, se a testemunha for funcionário civil, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.*
- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

16) Considerando a legislação vigente, assim como as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – A ação de consignação em pagamento pode ser proposta por terceiro, e, na contestação, o réu pode alegar que foi injusta a recusa;

II – A ação de prestação de contas compete a quem tem o direito de exigí-las, mas não a quem tem a obrigação de prestá-las;

III – A ação monitória cabe com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo, para entrega de determinado bem móvel ou imóvel;

IV – Na ação monitória, não havendo embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo extrajudicial;

V – O direito de requerer mandado de segurança prescreve em 120 (cento e vinte) dias contados do ato impugnado.

- (A) Todas as assertivas estão incorretas;
- (B) Apenas quatro assertivas estão incorretas;
- (C) Apenas três assertivas estão incorretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão incorretas;
- (E) Apenas uma assertiva está incorreta.

17) Considerando as assertivas abaixo, a legislação vigente, bem como o entendimento dominante no TST, assinale a alternativa correta:

I – O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado, se a decisão denegatória houver apreciado o mérito;

II – Os processos de mandado de segurança têm prioridade absoluta;

III – Para efeito de mandado de segurança, consideram-se autoridades os representantes ou administradores das entidades autárquicas e das pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas do Poder Público, enquanto no exercício dessas funções;

IV – Não cabe mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial que possa ser modificada pela via correicional;

V – Não se aplica a alçada em mandado de segurança.

- (A) Todas as assertivas estão incorretas;
- (B) Apenas quatro assertivas estão incorretas;
- (C) Apenas três assertivas estão incorretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão incorretas;
- (E) Apenas uma assertiva está incorreta.

18) Sobre mandado de segurança, segundo a jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa correta:

- (A) É cabível no caso de tutela antecipada, mesmo que concedida na sentença;
- (B) Sobrevindo sentença nos autos originários, perde objeto o mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada;
- (C) A petição inicial pode ser emendada na ausência de documento indispensável;
- (D) Na execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora "on line" de ativos financeiros, mesmo que não tenham sido nomeados outros bens à penhora;

(E) O mandado de segurança é cabível para a concessão de liminar ou homologação de acordo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19) À luz das normas vigentes, assinale a alternativa correta:

(A) O réu poderá alegar ausência de uma das condições da ação até o momento do encerramento da instrução processual;

(B) A competência relativa será prorrogada se o juiz dela não declinar ou se o réu não opuser exceção declinatoria nos casos e prazos legais;

(C) A arguição da incompetência absoluta deve ser formulada por meio de exceção;

(D) Ocorre continência entre duas ou mais ações, quando houver identidade de objeto e de causa de pedir;

(E) Nas ações de reparação de dano sofrido em razão de delito ou de acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do réu ou do local do fato.

20) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – O processo será extinto, sem resolução do mérito, quando o juiz verificar que a prestação jurisdicional é desnecessária e inadequada para solução do caso concreto;

II – O Código de Processo Civil aponta como elementos identificadores da ação a causa de pedir, as partes e a pretensão;

III – A sentença que julgar procedente a ação de usucapião possui natureza declaratória, devendo ser transcrita no Registro de Imóveis;

IV – O provimento cautelar destinado à conservação de bens do devedor, sem os quais o processo não teria condições de ser concretizado, é requerido de forma autônoma ou por via incidental.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Todas as assertivas estão incorretas;
- (C) Apenas três assertivas estão corretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão corretas;
- (E) Apenas uma assertiva está correta.

21) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – Considera-se instaurado o processo e provocada a função jurisdicional apenas com a regular citação do réu;

II – Ao autor não é permitido modificar o pedido ou causa de pedir após a citação, sem que obtenha o consentimento do réu;

III – A morte de um dos litigantes, a força maior e a oposição de exceção de incompetência acarretam a extinção do processo sem resolução do mérito;

IV – O processo será extinto com resolução do mérito quando o juiz acolher a coisa julgada;

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Todas as assertivas estão incorretas;
- (C) Apenas três assertivas estão corretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão corretas;
- (E) Apenas uma assertiva está correta.

22) Considerando a interpretação literal do art. 273 do CPC, que trata da antecipação dos efeitos da tutela, assinale a alternativa correta:

- (A) Pode ser deferida de ofício pelo juiz;
- (B) Só pode ser deferida quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;
- (C) Se o juiz entender que o pedido de antecipação da tutela não atende à melhor técnica, pois a medida mais adequada seria de natureza cautelar, se estiverem presentes os respectivos pressupostos, poderá aplicar a fungibilidade, deferindo a medida cautelar incidental do processo ajuizado;
- (D) Não é possível a antecipação da tutela quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, forem incontroversos;
- (E) Nenhuma das alternativas acima.

23) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – Como regra geral, a competência territorial pode ser objeto de convenção das partes, não podendo o juiz, de ofício, pronunciar a sua incompetência;

II – A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará da competência para o juízo do domicílio do réu;

III – Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza, quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento do mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda;

IV – A exceção de incompetência relativa pode ser protocolizada no juízo do domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juiz que determinou a citação.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

24) Em relação aos atos processuais, assinale a alternativa correta:

- (A) O Oficial de Justiça, em casos excepcionais, que deverão ser minuciosamente justificados em certidão circunstanciada, poderá tomar a iniciativa de realizar a citação ou a penhora em domingos e feriados, ou, nos dias úteis, fora do horário legal;
- (B) O encerramento antecipado do expediente não prorroga o vencimento do prazo para o primeiro dia útil subsequente;
- (C) Quando a citação ou intimação for feita por Oficial de Justiça, conta-se o prazo a partir desse ato;
- (D) Os Tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição e observando as exigências legais, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos dados processuais por meios eletrônicos;
- (E) Nenhuma das alternativas acima.

25) Analise as assertivas abaixo e responda:

I – Para recorrer, o terceiro deve demonstrar o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica "sub judice";

II – O recurso adesivo está subordinado ao recurso principal, sendo admissível no recurso extraordinário;

III – Descabe reexame necessário quando a sentença contrária ao Município, independente do valor condenatório, estiver fundada em súmula do tribunal superior competente;

IV – Na apelação, no recurso especial, no recurso extraordinário e no agravo de instrumento, o prazo para recorrer é de 15 (quinze) dias;

V – A apelação não será recebida quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STJ.

- (A) Todas as assertivas estão incorretas;
- (B) Apenas quatro assertivas estão incorretas;
- (C) Apenas três assertivas estão incorretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão incorretas;
- (E) Apenas uma assertiva está incorreta.

26) Analise as assertivas abaixo e responda:

I – Em se tratando de anulabilidade, o tribunal poderá determinar a realização do ato processual faltante, intimando as partes, e prosseguir no julgamento da apelação;

II – A apelação será recebida somente no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela;

III – O juiz julgará os embargos de declaração em 5 (cinco) dias, o mesmo ocorrendo nos tribunais;

IV – Os recursos extraordinário e especial são recebidos nos efeitos devolutivo e suspensivo;

V – Compete somente ao juiz relator, ao dar o voto na turma, câmara, ou grupo de câmara, suscitar o incidente de uniformização de jurisprudência.

- (A) Todas as assertivas estão incorretas;
- (B) Apenas quatro assertivas estão incorretas;
- (C) Apenas três assertivas estão incorretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão incorretas;
- (E) Apenas uma assertiva está incorreta.

27) Sobre a Ação Civil Pública, assinale a alternativa correta:

(A) É cabível, veiculando pretensão relacionada ao FGTS;

(B) A competência é do juízo do local onde ocorrer o dano, tornando-o prevento;

(C) É facultado ao servidor público provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ACP;

(D) Não constitui crime o retardamento de dados técnicos indispensáveis à propositura da ACP, quando requisitados pelo Ministério Público;

(E) A sentença não faz coisa julgada "erga omnes", nos limites da competência territorial do órgão prolator.

DIREITO CONSTITUCIONAL**28) Assinale a alternativa incorreta:**

- (A) O poder constituinte derivado reformador, capaz de modificar a Constituição Federal, verifica-se através das emendas constitucionais, mediante proposta de 2/3 no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- (B) A revisão constitucional, autorizada pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é elaborada pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral;
- (C) São vedadas as emendas constitucionais que visem a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto e secreto, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais;
- (D) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e erradicação da pobreza e marginalização;
- (E) No bojo das Constituições devem estar inseridos os elementos constitutivos do Estado, a saber: soberania, finalidade, povo e território.

29) Assinale a alternativa que inclui norma constitucional de eficácia contida:

- (A) A lei disporá sobre criação e extinção dos ministérios e órgãos da administração pública;
- (B) Aos juizes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho;
- (C) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa, convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em Lei;
- (D) A Lei disciplinará a remoção ou a permuta de juizes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede;
- (E) Proteção ao mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da Lei, inserida no capítulo dos direitos sociais.

30) Assinale a alternativa correta:

- (A) A ação popular, instrumento de democracia direta e de participação social, visa a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à eficiência administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- (B) É cabível mandado de injunção caso a autoridade administrativa se recuse a fornecer certidão de tempo de serviço requerida por funcionário público, para fins de aposentadoria;
- (C) Havendo recusa ao fornecimento de certidão ou informação de terceiros, o remédio processual adequado é o "habeas data"; se o pedido visa assegurar o conhecimento de in-

formações relativas à pessoa do impetrante, o remédio será o mandado de segurança;

(D) As organizações sindicais, entidades de classe e associações detêm legitimidade ativa para a impetração do mandado de segurança coletivo, desde que legalmente constituídas, em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

(E) Todas as alternativas acima estão incorretas.

31) Em relação ao servidor público, considerando as normas constitucionais, o entendimento dominante nos tribunais e as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – É estável, após 3 (três) anos de efetivo exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo vedada a extinção do seu cargo;

II – Já é pacífico no STF que a exoneração de servidor, durante o estágio probatório, pode ser imotivada, pois a perda do cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, o processo administrativo com ampla defesa e o procedimento de avaliação periódica de desempenho só se aplicam aos servidores estáveis;

III – Para o STF, a fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva;

IV – Para o TST, ao empregado de empresa pública, conquanto admitido após aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

32) Assinale a alternativa correta:

(A) As decisões administrativas dos Tribunais serão motivadas e em sessão pública, inclusive as disciplinares;

(B) Nos Tribunais com número superior a 25 (vinte e cinco) julgadores, poderá ser constituído Órgão Especial, com o mínimo de 11 (onze) e o máximo de 25 (vinte e cinco) membros, pelo critério da antiguidade, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno;

(C) Na apuração da antiguidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado da maioria simples de seus membros, conforme procedimento próprio, sendo assegurada ampla defesa;

(D) A promoção por merecimento pressupõe apenas 2 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, bem como a sua votação pela maioria do Tribunal;

(E) Nenhuma das alternativas acima.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

33) A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de:

- (A) Incapacidade, idade avançada, desemprego voluntário ou não, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependem economicamente;
- (B) Incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego voluntário ou não, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependem economicamente;
- (C) Incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário e reclusão ou morte daqueles de quem dependem economicamente, inclusive com o pagamento de auxílio-funeral;
- (D) Incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependem economicamente;
- (E) Incapacidade, idade avançada, desemprego involuntário, renda mínima insuficiente, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependem economicamente.

34) O orçamento da Seguridade Social é composto, dentre outras receitas, pelas contribuições sociais, assim consideradas:

- (A) As das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; as dos empregadores domésticos; as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos e a contribuição de intervenção no domínio econômico; incidente sobre as operações realizadas com combustíveis;
- (B) As das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; as dos empregadores domésticos; as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro; as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos;
- (C) As das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; as dos empregadores domésticos; as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; as devidas a terceiros (SESC, SESI, SENAI, SENAC e outros); as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro; as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos;
- (D) As das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; as dos empregadores domésticos; as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro e a contribuição de intervenção no domínio econômico; incidente sobre as operações realizadas com combustíveis;

(E) as das empresas e dos empregadores domésticos, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; as devidas a terceiros (SESC, SESI, SENAI, SENAC e outros); as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro; as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

35) Considerando as assertivas abaixo e os segurados obrigatórios da Previdência Social, na condição de empregado, assinale a alternativa correta:

- I - Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;*
- II - Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;*
- III - Aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;*
- IV - O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais;*
- V - O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.*
- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

DIREITO CIVIL

36) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - Os atos da vida civil praticados pelo menor de 16 (dezesesseis) anos são anuláveis;*
- II - É nulo o negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou deveria ser do conhecimento de quem com aquele tratou;*
- III - Será declarado ausente aquele que desaparecer de seu domicílio, deixando mandatário que não queira continuar a exercer o mandato, nomeando-se curador para velar pelos seus interesses;*
- IV - Presume-se a morte, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.*
- V - A anulabilidade dos atos praticados pelos pródigos pode ser proclamada de ofício.*

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente a assertiva III está correta;
- (C) Somente a assertiva I está incorreta;
- (D) As assertivas I, II e V estão incorretas;
- (E) Todas as assertivas estão incorretas.

37) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - A fundação, universalidade de bens personalizada pelo ordenamento jurídico, para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, é pessoa jurídica de direito público;

II - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é objetiva, com base no risco administrativo, admitindo pesquisa acerca da culpa da vítima para exclusão de sua responsabilidade;

III - O juiz, no processo de execução, pela aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, atinge com os atos expropriatórios os bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;

IV - Figurando incapaz no pólo passivo da ação, a demanda é proposta no foro do domicílio de seu procurador;

V - Inadmissível a pluralidade domiciliar da pessoa jurídica de direito privado, devendo ser demandada na sua sede.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

38) Em relação ao bem de família, levando em conta a interpretação literal da legislação vigente, assim como as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - A entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, pode destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse 1/3 (um terço) do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição;

II - O bem de família é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, sem qualquer exceção legalmente prevista;

III - A dissolução da sociedade conjugal extingue, por via de consequência, o bem de família;

IV - A morte de ambos os cônjuges e a maioridade dos filhos não sujeitos à curatela, não extinguem o bem de família.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

39) Em relação à cláusula penal, levando em conta a interpretação literal da legislação vigente, bem como as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - Será devida se o devedor culposamente deixar de cumprir a obrigação ou se constitua em mora;

II - Não possui limitação, podendo ser superior à obrigação principal;

III - Se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, considerando a natureza e a finalidade do negócio, o juiz deve reduzi-la equitativamente;

IV - O credor tem direito à pena convencional, ainda que não alegue prejuízo.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

40) Quanto à improbidade administrativa, considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - Os atos de improbidade administrativa compreendem três modalidades: os que importam em enriquecimento ilícito; os que causam prejuízo ao erário; e, os que atentam contra os princípios da Administração Pública;

II - Os atos de improbidade administrativa, conquanto possam configurar, ao mesmo tempo, ilícito penal e administrativo, somente podem ser apurados e declarados como tal na esfera penal;

III - A aplicação de sanção prevista em lei pela prática de ato de improbidade depende de efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;

IV - A aplicação de sanção prevista em lei pela prática de ato de improbidade não depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas;

V - Constitui crime a representação por ato de improbidade administrativa contra agente público ou terceiro beneficiário quando o autor da denúncia o sabe inocente.

- (A) Todas as assertivas são verdadeiras;
- (B) Somente são verdadeiras as assertivas I, IV e V;
- (C) Somente são verdadeiras as assertivas I, II, IV e V;
- (D) Somente são verdadeiras as assertivas I, III, IV e V;
- (E) Somente são verdadeiras as assertivas II, III e V.

41) Considerando os traços comuns às empresas públicas e às sociedades de economia mista, assinale a alternativa falsa:

- (A) Criação e extinção por lei;
- (B) Sujeição ao controle estatal;
- (C) Vinculação aos fins definidos na lei instituidora;
- (D) Forma de organização;
- (E) Personalidade jurídica de direito privado.

42) A respeito da autarquia, entidade da administração indireta, considerando as assertivas abaixo, é correto afirmar que:

I - É pessoa jurídica de direito público, mas, até que a lei venha a estabelecer seu estatuto jurídico, estará sujeita ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

II - É serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica pública, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública;

III - Tem administração própria, patrimônio próprio e desenvolve capacidade específica para a prestação de determinado serviço;

IV - Embora seja autônoma, com administração própria, somente pode obter a criação de cargos, empregos e funções por meio de lei.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

43) Os atos administrativos são vinculados ou discricionários, em razão da maior ou menor liberdade que tem a Administração Pública para agir ou decidir. Assim, pode-se afirmar que o ato administrativo é discricionário quando:

- (A) É insuscetível de exame pelo Poder Judiciário;
- (B) Admite o exame pelo Judiciário apenas quanto à conveniência e oportunidade;
- (C) É praticado conforme o único comportamento que a lei prescreve;
- (D) É praticado sem qualquer vinculação com a lei;
- (E) É praticado conforme um dos comportamentos que a lei prescreve.

DIREITO PENAL

44) O médico do trabalho da empresa que omite ou faz inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita no documento Perfil Profissiográfico Previdenciário, com o fim de preservar a empresa contra eventual demanda judicial, comete crime de:

- (A) Falsificação de documento público;
- (B) Falsificação de documento particular;
- (C) Falsidade ideológica;
- (D) Falsidade de atestado médico;
- (E) Falsidade material de atestado ou certidão.

45) Aquele que, mediante violência ou grave ameaça constringe alguém a trabalhar ou não trabalhar durante certo período:

- (A) Não comete crime, por falta de capitulação legal;
- (B) Comete crime de constrangimento ilegal;
- (C) Comete crime de atentado contra a liberdade de trabalho;
- (D) Comete crime por frustração de direito assegurado por lei trabalhista;
- (E) Comete crime de atentado contra a liberdade do contrato de trabalho.

**DIREITO INTERNACIONAL E
COMUNITÁRIO**

46) Indique a alternativa incorreta:

- (A) O repúdio ao terrorismo e ao racismo não é elencado, na Constituição Federal de 1988, como um dos princípios das relações internacionais;
- (B) Os agentes diplomáticos gozam de privilégios e imunidades, classificados em inviolabilidade, imunidade de jurisdição civil e criminal e isenção fiscal;
- (C) Cônsul "electi" é aquele escolhido entre os nacionais do Estado junto ao qual vão servir e, cônsul "missi", aquele designado pelo Estado entre os seus nacionais para defender, no estrangeiro, seus nacionais e os seus interesses;
- (D) Os funcionários consulares de carreira não poderão exercer, em proveito próprio, atividades profissionais ou comerciais no Estado receptor;
- (E) O chefe da repartição consular será admitido no exercício da função por uma autorização do Estado receptor, chamado "exequatur", qualquer que seja a forma dessa autorização.

47) Indique a alternativa correta:

- (A) De acordo com a Constituição Federal, o julgamento de extradição solicitada por Estado estrangeiro é da competência originária do STJ;
- (B) Os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça são privativos de brasileiro nato;
- (C) A posse ou propriedade de bens no Brasil confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza, ou autorização de permanência no Brasil;
- (D) O estrangeiro titular de visto temporário, que pretende vir ao Brasil na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira, não poderá exercer atividade remunerada por fonte brasileira;
- (E) A renúncia à imunidade de jurisdição pelo agente diplomático no tocante às ações cíveis ou administrativas também implica renúncia quanto às medidas de execução da sentença.

DIREITO COMERCIAL

48) Em relação à falência, levando em conta a interpretação literal da nova lei, bem como as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso das reclamações trabalhistas;

II – Na classificação da ordem de pagamento na falência, primeiro serão pagos os créditos extraconcursais, como, por exemplo, a remuneração do administrador judicial;

III – A preferência dos créditos trabalhistas, decorrentes da relação de emprego, está limitada ao valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor; o que ultrapassar esse limite é reclassificado como crédito quirografário;

IV – A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

49) Em relação às características das sociedades cooperativas, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Podem ser constituídas inclusive com a dispensa do capital social;
- (B) O concurso de sócios é feito sem número mínimo, mas o máximo deve ser limitado para a composição da administração da sociedade;
- (C) As quotas do capital são intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;
- (D) Cada sócio tem direito a um só voto nas deliberações, qualquer que seja o valor de sua participação.
- (E) Nenhuma das alternativas acima.

50) Considerando as assertivas abaixo, atinentes à alienação do estabelecimento empresarial e sua eficácia em relação a terceiros, assinale a alternativa correta:

I - Por integrar o patrimônio do empresário e também por garantir seus credores, não poderá ser alienado, exceto se os débitos estiverem contabilizados;

II - Somente poderá ser alienado, desde que liquidadas todas as dívidas contabilizadas, e após a devida comunicação publicada na imprensa oficial;

III - Poderá ser alienado, desde que o contrato seja averbado no registro público de empresas mercantis e publicado na imprensa oficial;

IV - Poderá ser alienado, mesmo sem bens para solver o passivo, desde que concordes

todos os credores, expressa ou tacitamente, em 30 (trinta) dias a partir da notificação.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
XXII CONCURSO PARA INGRESSO NA
MAGISTRATURA DO TRABALHO
CAMPINAS
Prova de conhecimentos gerais de direito
2ª ETAPA – 03/06/2007

INSTRUÇÕES

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura, devem ser conferidos.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno contém 50 (cinquenta) questões, em 11 (onze) folhas. Verifique também se as questões estão legíveis. Serão concedidos 5 (cinco) minutos para a conferência prévia da prova. Havendo qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa etc.), solicite, imediatamente, a substituição. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser assinalada. A Comissão Examinadora, os Magistrados Presidentes de Sala e os Fiscais não darão quaisquer esclarecimentos de conteúdo, pois a compreensão da prova é encargo do candidato.
4. Assine a Folha-Resposta. Não se admitirá rasura ou uso de corretivos. Não dobre e não amasse a Folha-Resposta. Não haverá substituição da Folha-Resposta.
5. A Folha-Resposta deve ser assinalada com caneta esferográfica preta.
6. É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, como anotações, livros, códigos, legislação etc. A transgressão importará eliminação imediata do candidato.
7. Será eliminado do Concurso o candidato que proceder com improbidade, indisciplina, falta de decoro ou que adotar comportamento incorreto ou descortês para com quaisquer dos examinadores, seus auxiliares ou autoridades presentes.
8. Por motivo de segurança, não se permite, durante a prova, o uso de aparelhos celulares, relógios digitais, *notebooks*, calculadoras, *palm tops* ou similares. A transgressão importará eliminação imediata do candidato.
9. O candidato, para escolher a alternativa correta, deverá levar em conta a interpretação literal da legislação vigente, bem como o entendimento dominante no STF, TST e STJ.
10. A prova tem duração de 4 (quatro) horas. Esgotado o tempo, fica o Fiscal autorizado a retirar, prontamente, a Folha-Resposta.
11. O candidato somente poderá levar o caderno de questões após 2 (duas) horas do início da prova. Caso saia antes, não poderá anotar as suas alternativas, nem retornar no final da prova para retirar o seu caderno de questões.
12. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.
13. BOA PROVA!

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

51) Considerando a legislação vigente, assim como o entendimento dominante no TST, assinale a alternativa correta:

- (A) Empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego;
- (B) Não haverá estabilidade no exercício dos cargos de confiança imediata do empregador, excluindo-se o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais;
- (C) Percebendo o empregado gratificação de função por dez ou mais anos, caso o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá suprimir-lhe a gratificação, tendo em vista o princípio da razoabilidade;
- (D) A lei regulamentadora da atividade da mãe social assegura a esta os mesmos direitos elencados nos incisos do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- (E) O contrato de trabalho especial de aprendizagem requer forma escrita e prazo indeterminado, assegurando o empregador formação técnica profissional metódica, compatível como desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz.

52) Considerando o entendimento dominante no TST, a legislação vigente, bem como as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - A massa falida pode ser empregadora, passando os contratos de trabalho a serem cumpridos pelo seu administrador judicial;
- II - A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário;
- III - As obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para o Banco sucedido, são de responsabilidade do sucessor, pois a este foram transferidos ativos, agências, direitos e deveres contratuais, caracterizando típica sucessão trabalhista;
- IV - Para o Direito do Trabalho, o consórcio de empregados implica em solidariedade dual para os empregadores integrantes; de um lado, responsabilidade solidária passiva pelas obrigações trabalhistas relativas a seus empregados e, de outro, subsidiariedade ativa relativamente às prerrogativas empresariais perante os obreiros.
- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;

- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

53) Considerando a legislação vigente, o entendimento dominante no TST e as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - O empregado de entidade sindical não tem o direito de se associar em sindicato;
- II - O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante apuração em inquérito administrativo;
- III - Dentre as prerrogativas dos sindicatos estão a representação, administrativa e judicialmente, dos interesses gerais da categoria ou profissão liberal, assim como dos interesses individuais dos associados quanto à atividade ou profissão exercida;
- IV - A Convenção nº 87 da OIT estabelece que as organizações de trabalhadores e de empregadores têm o direito de elaborar seus estatutos e regulamentos, de eleger seus representantes, de organizar sua administração, podendo sofrer intervenção somente por parte das autoridades públicas;
- V - As entidades sindicais legalmente reconhecidas só poderão filiar-se a organizações internacionais, com prévia licença do Presidente da República e do Congresso Nacional, através de Decreto.
- (A) As assertivas I e V estão corretas;
- (B) As assertivas I, III e V estão corretas;
- (C) Somente a assertiva III está correta;
- (D) As assertivas III e V estão corretas;
- (E) Somente a assertiva V está correta.

54) Em relação à prescrição, considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - Para o TST, por se tratar de prescrição parcial, o prazo em relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui a partir de cada parcela;
- II - Para o STJ, nas ações de indenização, o termo inicial é a data da rescisão contratual (CF, art. 7º, XXIX) e não a data da ciência da incapacidade laboral;
- III - A CLT é omissa em relação ao prazo prescricional para os menores, razão pela qual deve ser aplicado subsidiariamente o Código Civil;
- IV - Atualmente é pacífico que a prescrição só pode ser conhecida se for argüida na instância ordinária.
- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

55) Em relação aos menores, considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, tem direito a fazer coincidir as suas férias com as férias escolares; se forem fracionadas, os dois períodos deverão coincidir com as férias escolares, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias;

II – O contrato de aprendizagem, de acordo com a interpretação literal da legislação vigente, pode ser escrito, nada impedindo o seu posterior reconhecimento por intermédio da Justiça do Trabalho, desde que preenchidos os requisitos legais;

III – O contrato de aprendizagem se aplica somente ao maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos;

IV – A ausência injustificada à escola, que implique perda do ano letivo, constitui motivo para o empregador antecipar a cessação contratual.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

56) Em relação à arbitragem, considerando a legislação vigente e as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - A lei que dispõe sobre o regime jurídico de exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, permite que, em caso de impasse coletivo, as partes poderão recorrer à arbitragem de ofertas finais, sendo que o laudo arbitral proferido possui força normativa, independentemente de homologação judicial;

II – A lei que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa permite que as partes poderão recorrer à arbitragem de ofertas finais, sendo que o laudo arbitral proferido possui força normativa, independentemente de homologação judicial;

III – A CLT expressamente inclui o laudo arbitral como título executivo extrajudicial;

IV – A legislação permite que o Procurador do Trabalho, caso seja solicitado pelas partes, pode atuar como árbitro nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

57) Levando em conta a interpretação literal da legislação vigente, consideram-se desenvolvidos na vigência do contrato de trabalho a invenção ou o modelo de utilidade, cuja patente seja requerida pelo empregado até um ano após a extinção do vínculo empregatício, salvo:

- (A) Expressa disposição contratual em contrário;

- (B) O contrato executado fora do país;
- (C) Participação nos ganhos resultantes da exploração da patente;
- (D) Requerimento da patente durante o contrato;
- (E) Prova em contrário.

58) Considerando a interpretação literal da legislação vigente, assinale a alternativa incorreta:

(A) O poder de direção tem fundamento legal, motivando o "jus variandi";

(B) Admissão de empregado sob regime de tempo parcial independe de previsão em instrumento normativo, não excedendo a vinte e cinco horas semanais;

(C) Hora "in itinere", bem como a forma e a natureza da remuneração, poderão ser fixados por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho para as microempresas e empresas de pequeno porte;

(D) Nas atividades insalubres, quaisquer prorrogações de jornada somente poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho;

(E) O trabalho em domingo será preferencialmente subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho, atendendo a conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço.

59) Considerando a legislação vigente e o entendimento dominante no TST, assinale a alternativa correta:

(A) Empregados que exercem atividade externa com fixação de horário de trabalho, não são abrangidos pelo regime de duração do trabalho da CLT;

(B) Empregado contratado para trabalhar quatro horas diárias tem direito a quinze minutos de intervalo para repouso;

(C) Intervalo intrajornada de duas horas e trinta minutos pode ser acordado tacitamente;

(D) Empregado que trabalha das 22h00 às 8h00 tem direito ao recebimento do adicional noturno em toda a jornada;

(E) O trabalho em domicílio não pode ser executado em oficina de família, mas sim na habitação do empregado.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

60) Considerando a legislação vigente e o entendimento dominante no TST, assinale a alternativa equivocada:

(A) Sentença definitiva, proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente, apesar de nula, produz seus efeitos até que seja desconstituída por ação rescisória;

(B) Decisão que acolhe embargos declaratórios com efeito modificativo, sem ter havido oportunidade para manifestação da parte contrária, não implica nulidade;

(C) Não opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos, a consequência será a preclusão;

(D) A nulidade absoluta deve ser decretada de ofício pelo juiz, enquanto que a nulidade relativa depende de provocação do interessado;

(E) Decisão que conclui estar preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de liquidação, por ensejar tão-somente a formação de coisa julgada formal, não é suscetível de rescindibilidade.

61) Com relação aos princípios das nulidades processuais, à luz da interpretação literal da CLT, é incorreto afirmar que:

(A) O princípio da instrumentalidade das formas determina que a nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;

(B) Pelo princípio da transcendência não haverá nulidade sem prejuízo manifesto às partes;

(C) Em conformidade com o princípio da convalidação ou preclusão, o ato anteriormente nulo passa à condição de ato válido, se a parte não apontar a nulidade na primeira oportunidade que tiver para falar em audiência ou nos autos;

(D) Segundo o princípio do interesse, a parte só está autorizada a arguir a nulidade do ato se não tiver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência da irregularidade;

(E) Pelo princípio da utilidade, os atos válidos anteriores à nulidade ficam por ela contaminados.

62) Levando em conta o entendimento dominante no TST, a legislação vigente e as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - Inexiste previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da reclamada à audiência una, razão pela qual o atraso implica revelia;

II - Ausente a reclamada à audiência em que deveria apresentar defesa, ainda que presente seu advogado munido de procuração, será considerada confessa;

III - Aplica-se a pena de confissão à parte que não comparecer à audiência em prosseguimento na qual deveria depor, independentemente de outras exigências;

IV - O termo de conciliação previsto na CLT só é impugnável pelas partes por ação rescisória;

V - A compensação só poderá ser argüida com a contestação.

(A) Todas as assertivas estão corretas;

(B) Somente uma assertiva está correta;

(C) Somente duas assertivas estão corretas;

(D) Somente três assertivas estão corretas;

(E) Todas as assertivas estão erradas.

63) Em relação à execução trabalhista, considerando a interpretação literal da legislação vigente, o entendimento dominante no TST e as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - A extinção, sem resolução do mérito, de dissídio coletivo pelo TST implica extinção da execução da respectiva ação de cumprimento em andamento;

II - Para o TST é possível, ainda que em sede de precatório, fazer a adequação do montante da condenação, para estabelecer que a partir de setembro de 2001 os juros serão de 0,5 (meio por cento) ao mês;

III - Em que pese o trânsito em julgado, é inexistível o título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

IV - Ainda persiste a citação pessoal do devedor (e não na pessoa do advogado) na execução de sentença, para que pague a quantia fixada em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de penhora.

(A) Todas as assertivas estão corretas;

(B) Somente uma assertiva está correta;

(C) Somente duas assertivas estão corretas;

(D) Somente três assertivas estão corretas;

(E) Todas as assertivas estão erradas.

64) Assinale a alternativa correta:

(A) Garantida a execução, o exequente terá 5 (cinco) dias para apresentar embargos;

(B) Da decisão que homologa os cálculos cabe a interposição, no prazo de 8 (oito) dias de agravo de petição;

(C) O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor;

(D) Se o arrematante não pagar dentro de 48 (quarenta e oito) horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal;

(E) Nenhuma das alternativas acima.

65) Em relação aos recursos trabalhistas, considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - Da decisão do TRT que aprecia agravo de petição, interposto em sede de embargos de terceiro, cabe Recurso de Revista quando houver ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal ou contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST;

II - Ao interpor agravo de petição, o executado deverá delimitar apenas as matérias impugnadas, desde que já tenham sido discutidas anteriormente nos embargos;

III - Para a formação do instrumento o agravante deverá fornecer apenas as peças necessárias para comprovar o preenchimento dos pressupostos recursais do recurso denegado, sendo pouco relevantes as demais peças;

IV - Ao tomar ciência da interposição de agravo por parte do adversário, o agravado deverá apenas oferecer resposta ao agravo.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão incorretas.

66) Sobre ação rescisória, segundo a jurisprudência predominante no TST, assinale a alternativa correta:

- (A) A revelia produz confissão;
- (B) É cabível para impugnar decisão homologatória de adjudicação;
- (C) É cabível para desconstituir decisão homologatória de cálculos, desde que tenha enfrentado as questões envolvidas na elaboração da conta de liquidação;
- (D) É documento novo, apto a viabilizar a desconstituição de julgado, a sentença normativa transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda;
- (E) Decisão rescindenda homologatória de acordo é passível de desconstituição por dolo da parte vencedora em detrimento da vencida.

67) Consoante legislação vigente e a jurisprudência consolidada do C. TST, em relação à ação de cumprimento, é correto afirmar que:

- (A) É cabível com a publicação da certidão de julgamento de sentença normativa proferida pelo TST;
- (B) O prazo prescricional flui da data da publicação da sentença normativa;
- (C) É indispensável o trânsito em julgado da sentença normativa;
- (D) É cabível mesmo quando for concedido efeito suspensivo à sentença normativa;
- (E) É cabível somente para satisfazer o pagamento de salários.

68) Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Dissídio coletivo de natureza econômica depende de comum acordo das partes envolvidas;
- (B) Quando o dissídio coletivo ocorrer fora da sede do Tribunal, poderá o presidente da Corte, se julgar conveniente, delegar ao juízo local as atribuições de conciliar e julgar o processo;
- (C) A sentença normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação, quando não existir norma coletiva em vigor na data do ajuizamento do dissídio;
- (D) A sentença normativa não pode ultrapassar o prazo de quatro anos;
- (E) Sentença normativa que fixa condições de trabalho pode ser revista depois de um ano de sua vigência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

69) Indique a assertiva incorreta:

- (A) Quando a parte for incapaz e não tiver representante legal, o juiz dar-lhe-á um curador especial;
- (B) A herança jacente ou vacante será representada em juízo por seu procurador;
- (C) Não sanando o autor, no prazo estipulado pelo juiz, a irregularidade de sua representação inicial, será decretada a extinção do processo, sem resolução de mérito;
- (D) Todos aqueles que se acham no exercício de seus direitos possuem capacidade para estar em juízo;
- (E) Só o advogado, profissional devidamente inscrito na OAB, possui capacidade postulatória plena.

70) Assinale a afirmativa correta:

- (A) Não pode ser considerado litisconsorte da parte principal o assistente, quando a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido;
- (B) Mediante a oposição, o oponente visa elidir a pretensão, tanto do autor quanto do réu no que concerne à coisa ou ao direito;
- (C) A nomeação à autoria tem por finalidade corrigir o pólo ativo da ação com a saída da parte ilegítima (nomeante) e o ingresso daquele que detém legitimidade (nomeado);
- (D) A denunciação da lide é uma ação incidental de garantia proposta só pelo autor, em face de terceiro, nos mesmos autos do processo, para fazer valer o direito de regresso;
- (E) Chamamento ao processo é uma modalidade de resposta do réu, pela qual é provocado um litisconsórcio ulterior no pólo ativo da ação, em virtude de negócio jurídico, fiança ou solidariedade.

71) Quanto à responsabilidade das partes por dano processual, é correto afirmar:

- (A) O autor, réu e interveniente, são responsáveis pelos danos decorrentes de atos que praticaram de má-fé;
- (B) A responsabilidade do litigante de má-fé é deferida e determinada somente por meio de ação autônoma;
- (C) Considerando que o direito de recorrer está constitucionalmente garantido, recurso manifestamente infundado não implica litigância de má-fé;
- (D) Tendo o dano processual natureza de ilícito extracontratual, aquele que concorrer para sua prática não assume responsabilidade solidária;
- (E) Hodiernamente, existe em nossa legislação processual civil o "contempt of court", ato atentatório ao exercício da jurisdição, punido com multa não superior a 10% do valor da causa.

72) Considerando a interpretação literal do CPC, assinale a alternativa correta:

- (A) Caso a petição inicial seja apta, o juiz sempre deverá determinar a citação do réu;
- (B) Publicada a sentença de mérito, o juiz só pode alterá-la para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo, bem como por meio de embargos de declaração, inexistindo autorização para o juízo de retratação;
- (C) Caso o Tribunal, apreciando apelação, reforme sentença que extinguiu o processo, sem resolução do mérito, deverá, necessariamente, determinar o retorno dos autos à Vara "a quo" para apreciação do mérito, evitando assim a supressão de instância;
- (D) Em sede de apelação, constatando o Tribunal a ocorrência de nulidade sanável, poderá converter o julgamento em diligência, determinando a realização ou renovação do ato processual, intimando as partes; cumprida a diligência e sanada a nulidade, o julgamento da apelação deverá prosseguir no próprio Tribunal, sendo desnecessário o retorno dos autos à Vara "a quo" para novo julgamento da lide;
- (E) Nenhuma das alternativas acima está correta.

73) Assinale a alternativa correta:

- (A) "A" move ação contra "B" postulando a anulação do casamento. "B" não contestou a ação. Mesmo assim "A" deve provar o seu fato constitutivo;
- (B) "A" move ação reivindicatória contra "B", não juntando qualquer documento. "B" não contestou a ação. Por conta da revelia, o juiz deve presumir como verdadeiros os fatos alegados por "A";
- (C) "A" move ação contra "B" e "C". "B" não contestou a ação, ao passo que "C" contestou. Por conta da revelia de "B", o juiz deve presumir como verdadeiros os fatos alegados por "A";
- (D) "A" move ação contra "B", que não contestou a ação. Assim, por conta da revelia, "C" não pode intervir como assistente simples de "B";
- (E) Nenhuma das alternativas acima.

74) Levando em conta a interpretação literal da legislação pertinente ao procedimento sumário, bem como as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - A nomeação à autoria deverá ser oferecida na própria audiência, juntamente com a contestação;

II - Se o autor requerer, na petição inicial, a realização de perícia, deverá, na mesma peça, formular quesitos, podendo indicar assistente técnico;

III - É lícito ao réu, na contestação, formular pedido contraposto, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na petição inicial;

IV - Ação de investigação de paternidade, cujo valor da causa não exceda a sessenta vezes o valor do salário mínimo, submete-se ao procedimento sumário.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

75) Considerando a interpretação literal da legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- (A) É defesa sentença ilíquida, nas causas de qualquer valor do rito sumário versando sobre ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;
- (B) É título executivo extrajudicial, entre outros, o acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente;
- (C) A sentença arbitral é título executivo extrajudicial;
- (D) Na execução provisória, o levantamento de depósito em dinheiro depende de caução, que pode ser dispensada somente no caso de crédito de natureza alimentar;
- (E) Quando a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos, estes não podem ser fixados tomando por base o salário-mínimo.

76) Considerando a interpretação literal da legislação vigente, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Concessão de medida cautelar sem a audiência das partes, somente em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei;
- (B) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa; mas havendo recurso, a cautelar deverá ser requerida junto ao tribunal;
- (C) No pleito cautelar, a indicação da lide e seu fundamento é indispensável somente quando se tratar de procedimento preparatório;
- (D) A medida cautelar somente poderá ser substituída por caução ou por outra garantia menos gravosa para o requerido, a requerimento das partes;
- (E) Cessa a eficácia da medida cautelar se o processo principal for extinto com ou sem resolução do mérito.

77) Assinale a alternativa correta:

- (A) Não cabe arresto para garantia da execução, da penhora de bens do devedor não encontrado;
- (B) Para efeito de concessão de arresto, a sentença ilíquida, condenatória de pagamento em dinheiro, pendente de recurso, não se constitui em prova literal da dívida líquida e certa;
- (C) Exame pericial não pode ser objeto de produção antecipada de prova;

- (D) A exibição judicial pode ser de coisa móvel ou imóvel em poder de outrem e que o requerente repute sua ou tenha interesse em conhecer;
- (E) O protesto é cabível para prover a ressalva de direitos, não admitindo defesa nos autos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

78) Em relação ao direito de greve, assegurado pelo art. 9º da Constituição Federal, levando em conta ainda a legislação vigente, bem como o entendimento predominante no TST, está equivocada a seguinte afirmação:

- (A) A greve, direito fundamental de natureza instrumental à disposição dos trabalhadores, funciona como recurso de última instância para a concretização de seus direitos e interesses;
- (B) Declarado abusivo o movimento grevista, não cabe o estabelecimento de vantagens em garantias aos seus participantes, que assumiram os riscos inerentes à utilização do instrumento de pressão máxima;
- (C) São considerados serviços e atividades essenciais, para fins de atendimento das necessidades inadiáveis durante período de greve, os de assistência médica e hospitalar, de controle de tráfego aéreo e de toda atividade bancária;
- (D) Suprimida a tentativa, direta e pacífica, da solução do conflito de greve, impõe-se a declaração de sua abusividade;
- (E) A Justiça do Trabalho é competente para declarar a abusividade, ou não, da greve.

79) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I – O Supremo Tribunal Federal também é competente para julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal;*
- II – O Superior Tribunal de Justiça também é competente para processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de "exequatur" às cartas rogatórias;*
- III – O Superior Tribunal de Justiça também é competente para julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;*
- IV – O Superior Tribunal de Justiça tem a seguinte composição: um terço, dentre juízes de Tribunais Regionais Federais; um terço, dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça; um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Es-*

tadual, do Distrito e Territórios, alternadamente.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

80) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – Veto é meio de controle preventivo de constitucionalidade da lei;

II – A via difusa de controle de constitucionalidade da lei ocorre no caso concreto, "incidenter tantum", com efeito "erga omnes";

III – Controle concentrado de inconstitucionalidade ocorre por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental;

IV – Os legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade são os mesmos da ação declaratória de constitucionalidade, não se admitindo a desistência da ação;

V – A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade podem ser propostas em relação às mesmas espécies legislativas;

- (A) Todas as alternativas estão corretas;
- (B) Apenas quatro alternativas estão corretas;
- (C) Apenas três alternativas estão corretas;
- (D) Apenas duas alternativas estão corretas;
- (E) Apenas uma alternativa está correta.

81) Considerando a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

(A) A decisão que declara a constitucionalidade da lei em ação declaratória é irrecorrível, comportando embargos declaratórios e ação rescisória;

(B) Cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei federal, estadual ou municipal;

(C) Decisão que julga improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, cabendo ação rescisória;

(D) Decisão em arguição de descumprimento de preceito fundamental tem eficácia contra todos, mas não efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público;

(E) Na ação direta de inconstitucionalidade por ação ou omissão, o ato é reconhecido como nulo.

82) Assinale a alternativa incorreta:

(A) São considerados débitos de natureza alimentícia os salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações e os benefícios previdenciários; não têm essa natureza as indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado;

XXII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

(B) Pela regra da CF, para a Fazenda Municipal, são considerados de pequeno valor os débitos consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a 30 (trinta) salários-mínimos;

(C) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorre em crime de responsabilidade;

(D) Para o cumprimento dos limites de gastos com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, pode haver redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, bem como exoneração dos servidores não estáveis;

(E) Para o cumprimento dos limites de gastos com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o servidor estável poderá perder o cargo motivadamente, recebendo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

83) A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo é de:

(A) 20% (vinte por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição, exceto para o contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por idade;

(B) 11% (onze por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição, não havendo possibilidade de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria, qualquer que seja a sua modalidade;

(C) 9% (nove por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição, não havendo possibilidade de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria, qualquer que seja a sua modalidade;

(D) 20% (vinte por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição, exceto para o contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição;

(E) 20% (vinte por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição, não havendo possibilidade de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria, qualquer que seja a sua modalidade.

84) São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

(A) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condi-

ção, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; os pais; e, o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

(B) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido; os pais; e, o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido;

(C) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; não havendo estes, os pais; e não havendo os primeiros e os segundos, o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

(D) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido; não havendo estes, os pais; e não havendo os primeiros e os segundos, o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido;

(E) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou, se estudante universitário, menor de 24 (vinte e quatro) anos, ou inválido; os pais; e, o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.

85) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - O período de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez é de 18 (dezoito) contribuições mensais;

II - O período de carência para a concessão da aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial é de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais;

III - O período de carência para a concessão do salário-maternidade, exceto para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica, é de 10 (dez) contribuições mensais, podendo esse prazo ser reduzido em caso de parto antecipado em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado;

IV - Não depende de carência a concessão da pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;

V - Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, ¼ (um quarto) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

(A) Estão corretas as assertivas I, II, III e V;

(B) Estão corretas as assertivas II, III, IV e V;

(C) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV;

(D) Estão corretas as assertivas II, III e V;

(E) Estão corretas as assertivas II, III e IV.

86) Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do segurado empregado, aposentado por invalidez, o benefício da aposentadoria cessará:

I - De imediato, exceto se a recuperação ocorrer após o período de 6 (seis) anos, caso em que a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade, no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;

II - De imediato quando a recuperação ocorrer dentro de 6 (seis) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção;

III - De imediato quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, para o segurado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social;

IV - Quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período de 5 (cinco) anos, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade, no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade; com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses; e, com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente;

V - Quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período de 6 (seis) anos, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade, no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade e com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Estão corretas as assertivas II e V;
- (B) Estão corretas as assertivas III e IV;
- (C) Está correta apenas a assertiva I;
- (D) Estão corretas as assertivas I e V;
- (E) Todas as assertivas são falsas.

DIREITO CIVIL

87) Em relação à transação, levando em conta a interpretação literal da legislação vigente, bem como as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - Só se destina para o término do litígio;

II - A transação concernente a obrigações resultantes de delito extingue a ação penal pública;

III - A transação pode ser anulada se ocorrer erro de direito a respeito das questões que foram objeto da controvérsia entre as partes;

IV - Se um dos transatores não tiver ciência de sentença passada em julgado, a transação será nula.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

88) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio;

II - Não pode ser administrador de sociedade o condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

III - Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditados são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota;

IV - O preposto não pode fazer-se substituir no desempenho da preposição, sob pena de responder pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas, salvo autorização por escrito.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Todas as assertivas estão incorretas;
- (C) Apenas três assertivas estão corretas;
- (D) Apenas duas assertivas estão corretas;
- (E) Apenas uma assertiva está correta.

89) Assinale a alternativa correta:

(A) A responsabilidade objetiva leva em conta tão-somente a atividade desenvolvida pelo autor do dano que implique em risco para outrem;

(B) O empresário individual não responde independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação;

(C) O empregador responde pela reparação civil por ato do empregado praticado no exercício do trabalho, salvo culpa exclusiva deste;

(D) No caso de ofensa à saúde do empregado, o empregador/ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento, bem como dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, mas não outros prejuízos materiais;

(E) Empregado que por acidente de trabalho tem diminuída a sua capacidade de trabalho, poderá receber pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, podendo, inclusive, exigir que esta indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

90) "A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal" (redação do art. 935 do CC/02). Tendo em vista o aludido dispositivo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A sentença civil que define a responsabilidade do autor do dano não faz coisa julgada na esfera penal;
- (B) Por analogia, o preceito legal em referência é aplicável na esfera trabalhista;
- (C) Sentença criminal transitada em julgado que reconhece a autoria de furto praticado por empregado durante a jornada de trabalho, não faz coisa julgada para efeito de justa causa;
- (D) Sentença criminal transitada em julgado que reconhece a autoria de furto praticado por empregado durante a jornada de trabalho, faz coisa julgada para efeito de ressarcimento de danos;
- (E) A ação civil de reparação de dano pode ser proposta independentemente do correspondente processo criminal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91) Considerando que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, analise as assertivas abaixo, bem como assinale a alternativa correta:

I - O princípio da legalidade significa que a Administração Pública em toda a sua atividade pode fazer tudo o que a lei não proíbe;

II - O princípio da impessoalidade impõe ao Poder Público que a atividade administrativa deve ser destinada a todos os administrados, dirigida ao cidadão em geral, sem determinação de pessoa;

III - O princípio da moralidade administrativa está ligado ao conceito do bom administrador que, usando de competência, determina-se não só pelos preceitos legais vigentes, como também pela moral comum, propugnando pelo que for melhor e mais útil para o interesse público;

IV - Não respeita o princípio da publicidade a publicação realizada em dias alternados quando a lei exigir publicação em dias consecutivos;

V - O ato que favorece ou persegue interesses particulares, tanto quanto o que propugna fim diverso do previsto, tácita ou expressamente, na regra da competência, são nulos por desvio de finalidade.

- (A) São verdadeiras as assertivas I, II e V;
- (B) São verdadeiras as assertivas II, IV e V;
- (C) São verdadeiras as assertivas I, II, III e V;
- (D) São verdadeiras as assertivas II, III, IV e V;
- (E) São verdadeiras as assertivas I, II e III.

92) Quanto aos atos administrativos, considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I. O agente público competente é o que recebe da lei o devido poder para o desempenho de suas funções, de modo que a competência que lhe é atribuída é exercida à sua livre discricção, podendo, ainda, ser transferida por vontade de seu titular;

II. O ato administrativo usualmente é praticado na forma escrita, mas existem, ainda que excepcionalmente, atos verbais, como as ordens dadas a um servidor, e atos mímicos, como ocorre quando o policial dirige manualmente o trânsito e o tráfego;

III. A inexistência de motivos é fundamento da nulidade dos atos que diminuem o patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV. O desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência;

V. Motivo é a circunstância de fato ou de direito que autoriza ou impõe ao agente público a prática do ato administrativo. Os motivos que determinaram a vontade do agente integram a validade do ato e a invocação de motivos falsos ou inexistentes vicia o ato, mesmo quando a lei não haja estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a sua prática.

- (A) São verdadeiras as assertivas II, III, IV e V;
- (B) São verdadeiras as assertivas I, II, IV e V;
- (C) São verdadeiras as assertivas I, II, III e V;
- (D) São verdadeiras as assertivas I, III, IV e V;
- (E) São verdadeiras todas as assertivas.

93) Quanto ao servidor público vinculado a regime previdenciário próprio, excetuadas as regras de transição, é correto afirmar que:

(A) A aposentadoria por invalidez permanente será concedida e calculada sempre proporcionalmente ao tempo de contribuição;

(B) A aposentadoria compulsória é concedida aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

(C) Para a aposentadoria voluntária com proventos integrais é necessário tempo de serviço público efetivo de 10 (dez) anos, tempo de serviço de 5 (cinco) anos no cargo em que se dará a aposentadoria, idade mínima de 60 (sessenta) anos para o homem e 55 (cinquenta e cinco) anos para a mulher e 35 (trinta e cinco) anos de tempo de contribuição para o homem e 30 (trinta) para a mulher;

(D) Para a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais é necessário tempo de serviço público efetivo de 10 (dez) anos, tempo de serviço de 5 (cinco) anos no cargo em que se dará a aposentadoria, idade mínima de 60 (sessenta) anos para o homem e 55 (cinquenta e cinco) anos para a mulher e 35 (trinta e cin-

co) anos de tempo de contribuição para o homem e 30 (trinta) para a mulher;

(E) Para a aposentadoria voluntária com proventos integrais é necessário tempo de serviço público efetivo de 10 (dez) anos, tempo de serviço de 5 (cinco) anos no cargo em que se dará a aposentadoria, idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos para o homem e 60 (sessenta) anos para a mulher e 35 (trinta e cinco) anos de tempo de contribuição para o homem e 30 (trinta) para a mulher.

DIREITO PENAL

94) Aquele que constringe alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar de sindicato ou associação profissional:

- (A) Comete crime de constrangimento ilegal;
- (B) Comete crime de atentado contra a liberdade de associação;
- (C) Comete crime contra a liberdade individual;
- (D) Comete crime de aliciamento;
- (E) Não comete crime, por falta de capitulação legal.

95) Aquele que, obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida:

- (A) Não comete crime, por falta de capitulação legal;
- (B) Comete crime de constrangimento ilegal;
- (C) Comete crime de atentado contra a liberdade de trabalho;
- (D) Comete crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista;
- (E) Nenhuma das alternativas acima.

96) Aquele que falsifica livro mercantil, comete crime de:

- (A) Falsificação de documento público;
- (B) Falsificação de documento particular;
- (C) Não há crime, por falta de capitulação legal;
- (D) Fraude documental;
- (E) Nenhuma das alternativas acima.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

97) Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país do local da contratação e não por aquelas da prestação de serviços;

II - O trabalho que, por sua natureza, ou pelas condições em que é realizado é susceptível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças está englobado pela expressão "as piores formas de trabalho infantil";

III - O subgrupo de trabalho do MERCOSUL relativo aos assuntos laborais, emprego e seguridade social é composto de 8 (oito) Comis-

sões dentre estas as de Relações Coletivas do Trabalho e de Direito Sindical;

IV - O Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL é o órgão de representação dos setores político e econômico, integrado por representantes dos Estados-Parte e manifesta-se mediante recomendações ao Grupo Mercado Comum;

V - O Protocolo de Brasília de 1991 prevê que os conflitos surgidos no MERCOSUL sejam resolvidos, primeiramente, no plano diplomático, através de negociações diretas, depois com a intervenção do Grupo Mercado Comum e somente, então, é que será realizada a via arbitral.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

98) Considerando a Convenção 138 e a Recomendação 146, ambas da OIT, sobre a idade mínima de admissão a emprego, é correto afirmar que:

- (A) A idade mínima para admissão a emprego ou trabalho não será inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a 15 (quinze) anos;
- (B) Não será inferior a 15 (quinze) anos a idade mínima para admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem;
- (C) Veda completamente a exclusão ou imitação da aplicação da Convenção ao País-membro;
- (D) As leis nacionais poderão permitir o trabalho de menores entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos em serviços leves que não prejudiquem a saúde ou o desenvolvimento;
- (E) Recomenda que a idade mínima definida pelo País-membro deve ser igual para todos os trabalhadores, independentemente do setor da atividade econômica.

DIREITO COMERCIAL

99) Em relação às assertivas abaixo, atente às sociedades limitadas, assinale a alternativa correta:

I - Na sociedade limitada a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas;

II - Na sociedade limitada todos os sócios respondem solidariamente até a integralização do capital social;

III - A sociedade limitada rege-se, além do preconizado no Código Civil, pelas normas das sociedades simples;

IV - A sociedade limitada rege-se pelas normas da sociedade anônima, desde que prevista supletivamente no contrato social.

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Somente uma assertiva está correta;
- (C) Somente duas assertivas estão corretas;
- (D) Somente três assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

100) Considerando as assertivas abaixo, bem como a análise literal da Lei de Falências, assinale a alternativa correta:

I - Os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados quirografários;

II - Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa;

III - Desde a decretação da falência ou do sequestro, o devedor perde o direito de administrar seus bens ou deles dispor;

IV - Ainda que líquidos, não legitimam o pedido de falência os créditos que nela não se possam reclamar;

- (A) Todas as assertivas estão corretas;
 - (B) Somente uma assertiva está correta;
 - (C) Somente duas assertivas estão corretas;
 - (D) Somente três assertivas estão corretas;
 - (E) Todas as assertivas estão erradas.
-



**XXII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO
PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO**

COMUNICADO

A BANCA EXAMINADORA DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO DO XXII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO decidiu, após a análise minuciosa de todas as impugnações deduzidas, ALTERAR o gabarito relativamente à questão n.º 55, considerando como correta a alternativa "E".

1ª ETAPA

01 – C	11 – D	21 – E	31 – C	41 – D
02 – E	12 – B	22 – C	32 – A	42 – D
03 – E	13 – B	23 – A	33 – D	43 – E
04 – C	14 – D	24 – D	34 – B	44 – C
05 – D	15 – B	25 – E	35 – A	45 – C
06 – E	16 – A	26 – C	36 – D	46 – A
07 – A	17 – D	27 – B	37 – C	47 – D
08 – D	18 – B	28 – A	38 – B	48 – D
09 – C	19 – B	29 – C	39 – D	49 – B
10 – E	20 – C	30 – E	40 – B	50 – C

2ª ETAPA

51 – A	61 – E	71 – A	81 – B	91 – D
52 – C	62 – D	72 – D	82 – A	92 – A
53 – C	63 – A	73 – A	83 – D	93 – C
54 – E	64 – C	74 – C	84 – C	94 – B
55 – E	65 – E	75 – A	85 – E	95 – D
56 – D	66 – C	76 – D	86 – B	96 – A
57 – E	67 – A	77 – E	87 – B	97 – C
58 – E	68 – B	78 – C	88 – A	98 – A
59 – D	69 – B	79 – A	89 – E	99 – A
60 – B	70 – B	80 – C	90 – C	100 – A

Campinas, 11 de junho de 2007.
(a) Ana Maria de Vasconcellos
Juíza Presidente da Banca Examinadora